

## O SERVIÇO SOCIAL E O TRABALHO COM FAMÍLIAS\*

Luciana de Castro ÁLVARES\*\*

Mário JOSÉ FILHO\*\*\*

- RESUMO: A família é uma unidade dinâmica que apresenta diversas configurações na atualidade. Na maioria dos espaços sócio-ocupacionais o assistente social lida em sua prática social com famílias. Este artigo pretende apresentar algumas reflexões sobre esta temática abordando sobre: os diversos significados de família, suas funções, as configurações da família contemporânea, contextualizado-a na realidade sócio-política e econômica atual. A família, instituição participante da sociedade, é afetada pelas decisões e ações estatais, através das políticas econômicas e sociais. Destaca-se a influência que o Estado e as políticas vigentes ocasionam no âmbito familiar, considerando que as estratégias estatais adotadas atingem as relações trabalhistas, o mercado de trabalho e o salário, incidindo diretamente na unidade familiar.
- PALAVRAS CHAVE: Família; Prática Profissional; Política Social.

A história da família é descontínua, não – linear e não – homogênea: consiste, isto sim, em padrões familiares distintos, cada uma com sua própria história e suas próprias explicações.

POSTER

### Introdução

Dois principais modelos familiares são destacados na história da formação da família brasileira, principalmente enquanto aparelho ideológico do imaginário coletivo, são eles: a família patriarcal, modelo instaurado no Brasil colônia, e a família burguesa.

Na família patriarcal, o chefe da família - patriarca - representava a figura do poder e de autoridade. O patriarca era o responsável pelo controle dos negócios, o sustento material da

---

\*Texto formulado a partir da dissertação de mestrado: “Famílias Monoparentais Femininas: um olhar sobre este arranjo familiar na cidade de Uberaba – MG,” sob orientação do Prof. Dr. Pe. Mário José Filho, Unesp – Campus Franca/SP.

\*\*Assistente Social do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual Paulista - Unesp - Campus Franca/SP. Membro do grupo de pesquisa “Família, Sociedade e Educação (perspectivas e tendências)” da Unesp – Franca/SP.

\*\*\*Professor adjunto do departamento de Serviço Social da Unesp campus Franca

família, a manutenção da 'ordem' familiar, primando pela indissolubilidade do patrimônio e centralização do poder. A mulher da família patriarcal - sinhazinha - apresentava como características a afabilidade e a mansuetude, possuindo atribuições voltadas para o ambiente doméstico.

Este modelo familiar, era encontrado principalmente nos latifúndios, que na época colonial se baseavam em matrizes escravocrata e na monocultura (produção açucareira), ocorrendo com maior predominância no nordeste do país. Essas famílias desempenhavam funções econômica e política, e exerciam influências sob Igreja e instituições econômicas e poderes locais.

A família burguesa, introduzida no Brasil no começo do século XX com o início do processo de modernização, urbanização e industrialização do país, é outro modelo que influenciou fortemente a concepção de família existente na atualidade. Neste modelo familiar, é atribuído à mulher o papel de boa esposa e mãe. O amor à família é um dos sentimentos ressaltados e cultivados e a mulher é considerada o sustentáculo do lar e da família.

Na família burguesa a divisão de tarefas e os papéis a serem desempenhados pelo homem e a mulher eram rigorosamente estipulados. Ao marido, considerado a maior autoridade do lar, era destinada a função de provedor econômico. Já, para a esposa, era designado os cuidados com o ambiente doméstico e a educação dos filhos, sendo esta submissa ao marido. Deste modo, o desempenho, a dedicação ao marido e a administração do lar eram as prioridades da mulher – mãe e esposa. A mãe possuía uma relação mais próxima de seus filhos, e o pai permanecia uma figura distante. O lar era considerado um local seguro, acolhedor e aconchegante, sendo valorizada a intimidade deste ambiente.

Estes modelos, por muito tempo vigoraram como os únicos existentes na sociedade brasileira. Mas, ao estudar a constituição da família brasileira, observa-se que houve a participação de vários povos, que através de sua etnia, história, cultura, crenças e costumes, geraram a nação brasileira, resultando numa diversidade étnico-cultural e que por não terem influenciado ideologicamente a concepção de família, e também por não possuírem o poder, a

riqueza e a força política, pouco se destacaram na história social da família brasileira<sup>2</sup>.

### **Família e seus diversos significados**

Quando se pensa em família é comum fazer a relação com os laços de parentesco e de consangüinidade que unem as pessoas entre si. O dicionário da Língua Portuguesa, descreve com nitidez esta definição:

Pessoas aparentadas, que vivem em geral, na mesma casa, particularmente o pai, a mãe e os filhos, ou ainda, pessoas do mesmo sangue, e grupo formado por indivíduos que são ou se consideram consanguíneos uns dos outros, ou por descendentes dum tronco ancestral comum (filiação natural) e estranhos admitidos por adoção (FERREIRA, 1986, p. 609).

OSÓRIO (1996) concebe a família como um grupo no qual se desdobram três tipos de relações: a aliança - relativa ao casal, a filiação - entre pais e filhos e a consangüinidade - entre irmãos. Segundo este autor, a família, com os objetivos de preservação, proteção e alimentação de seus membros e ainda com a atribuição de propiciar a construção da identidade pessoal, desenvolveu em sua história atribuições diferenciadas de transmissão de valores éticos, culturais, morais, religiosos.

MIOTO (1997), ao abordar o tema família, extrapola os conceitos apresentados anteriormente e nos aponta que a família contemporânea abrange uma heterogeneidade de arranjos familiares presentes atualmente na sociedade brasileira, não se podendo falar em um único conceito de família, mas sim de 'famílias',

a família pode ser definida como um núcleo de pessoas que convivem em determinado lugar, durante um lapso de tempo mais ou menos longo e que se acham unidas (ou não) por laços consanguíneos. Ela tem como tarefa primordial o cuidado e a proteção de seus membros, e se encontra dialeticamente articulada com a estrutura na qual está inserida (MIOTO, 1997, p.120).

---

<sup>2</sup> Sobre o assunto recomenda-se a leitura dos autores: ÁLVARES (2003), CORREA (1992), NEDER (1998), PRIORE (2001), SAMARA (1986).

SZYMANSKI (2002) afirma que a família na atualidade é constituída por um grupo de indivíduos que, devido à existência de laços afetivos, optam por conviverem juntos, com o acordo do cuidado mútuo entre seus membros. Este significado acolhe em seu seio numerosos tipos de possibilidades que há vários anos coexistem na sociedade e que nunca puderam ser oficialmente reconhecidos como uma família.

Com base nas afirmações das últimas autoras, considera-se que o conceito de família supera os parâmetros da consanguinidade e do parentesco e apresenta um sentido mais amplo, fundamentado na convivência e nas relações mútuas de cuidado e proteção entre indivíduos que construíram laços afetivos entre si.

Porém, há alguns empecilhos que dificultam a introjeção deste significado de família na vivência cotidiana. O primeiro deles é que, quando se aborda o tema família, imediatamente conecta-se a visão de um núcleo composto por pai, mãe e filhos, ou seja, do modelo nuclear tradicional. Esta concepção de família vem ainda permeada de atributos que se consideram inerentes a qualquer estrutura familiar: aconchego, amor entre os membros que a compõem e harmonia. É *a família ideal* introjetada desde criança como sendo a ‘correta’ e o modelo a ser seguido. Porém, essa visão idealizada não retrata a realidade de inúmeras famílias existentes na atualidade.

Essa concepção idealizada da família permanece latente na sociedade, através de construções ideológicas e míticas que se perpetuam através do tempo. Um dos perigos dessas construções é que o indivíduo possa não considerar outros tipos de arranjos familiares existentes na sociedade moderna como uma ‘família’, atribuindo a esses outros arranjos o rótulo de ‘desestruturados’ e ‘disfuncionais’, sem uma análise mais profunda da estrutura familiar, de como se realizam as interações familiares e as relações desta com a sociedade.

Outra dificuldade é o vício de se compararem as diversas famílias à experiência particular, como se todas as famílias funcionassem de uma só maneira, não possuindo suas próprias dinâmicas e padrões interacionais e de funcionamento.

Essa intimidade do conceito de família pode causar confusão entre a família com a qual trabalhamos e nossos próprios modelos de relação familiar.

Acercamo-nos da família do outro a partir de nossas próprias referências, de nossa história singular. O resultado disso é que tendemos a trabalhar com as famílias desconhecendo as diferenças ou, pior, em muitas situações transformamos essas diferenças em desigualdade ou incompletude (VITALE, 2002, p. 46).

Tal questão ganha maior relevância quando passamos ao setor das políticas sociais e refletimos sobre o conceito de família interiorizado pelo trabalhador social que, frequentemente, se depara com os diversos tipos de configurações familiares, cada qual com suas particularidades e peculiaridades.

Esse trabalhador necessita instrumentalizar-se, a fim de que possa trabalhar sem ‘preconceitos’ com as famílias, evitando-se rotulá-las como desestruturadas e irregulares. Faz-se importante apreender o contexto sócio-histórico e cultural em que a família está envolvida, para empreenderem-se ações que vão ao encontro das necessidades das mesmas.

### **Funções da família**

Diretrizes e orientações sobre a educação dos filhos são encontradas em antigos manuscritos, dentre os quais cita-se o do jesuíta Alexandre de Gusmão, datado de 1685.

Nesse manual, o autor traça normas de conduta para boas famílias, sendo que o genitor possuía a função de ‘direcionar’ sua prole, ou seja, a ele cabia os cuidados da formação moral e religiosa dos filhos. O pai era o provedor de sua família e não se dedicava aos filhos até que estes completassem sete anos, possuindo, então, a capacidade de compreender os ensinamentos cristãos. A mãe era responsável por ‘formar’ os filhos, ou seja, a ela cabia os cuidados no âmbito material: vestuário e alimentação. Assim, a mãe deveria dedicar-se aos filhos, principalmente nos primeiros anos de vida da criança, caso contrário, comprometer-lhes-ia a formação futura.

No entanto, devido à diversidade étnica e cultural existente no Brasil colonial, essas ‘regras’ de boa formação de famílias não frutificaram na terra brasileira (VENÂNCIO, 2001).

A rigorosidade da divisão sexual dos papéis, que era encontrada nas famílias patriarcais e na família burguesa, atualmente não existe mais. Na época contemporânea, percebe-se uma flexibilização dos papéis parentais e a função da família pode ser contemplada segundo diversas vertentes.

Funções de ordem *biológica e demográfica* garantem a reprodução e a sobrevivência do ser humano; função de ordem *educadora e socializadora* transmite conhecimentos, valores, afetos através de uma comunicação verbal e corpórea tão importante nas relações interpessoais; função de ordem *econômica* (produtoras e consumidoras) que se dá no campo do trabalho; função de seguridade, que cuida da *seguridade* física, moral, afetiva, criando uma dimensão de tranquilidade e função *recreativa*, que se traduz em atividades diversas que rompem o tédio, as tensões, como as festas em família (aniversário, casamentos e outras). [...] Outra consideração é que a família exerce também uma função ideológica, ou seja, além da reprodução biológica ela promove também a reprodução social: é na família que os indivíduos são educados para que venham a continuar, biológica e socialmente, a estrutura familiar (FILHO, 1998, p.30-31, grifo do autor).

OSÓRIO (1996) considera que as funções da família são: biológica, psicológicas e sociais, sendo intrinsecamente relacionadas, às vezes se confundindo entre si.

A função biológica, segundo a concepção deste autor, seria o dever de assegurar a sobrevivência da espécie, oferecendo os cuidados básicos para o desenvolvimento dos indivíduos e não compreenderia a função reprodutiva.

As funções psicológicas seriam o afeto, o suporte familiar para a superação de crises individuais que ocorrem no ciclo de vida, a transmissão de experiências de vida para os descendentes, a atuação facilitadora da aprendizagem empírica e, também, a intermediação de informações com o universo extra-familiar.

Como funções sociais pode - se destacar a transmissão de valores culturais e a preparação para o exercício da cidadania.

À família cabe permitir o crescimento individual e facilitar os processos de individuação e diferenciação em seu seio, ensejando com isso a adequação de seus membros às exigências da realidade vivencial e o preenchimento das condições mínimas requeridas para um satisfatório convívio social (OSÓRIO, 1996, p. 22).

Assim, verifica-se que uma das tarefas básicas da família é a socialização. O termo socialização é entendido de acordo com o conceito proposto “por BERGER e LUCKMANN (1976), isto é, enquanto um processo de construção social do homem” (GOMES, 1994, p. 56). Esse conceito subdivide-se em duas categorias: a socialização primária e a socialização secundária.

A socialização primária consiste na transformação do homem (que ao nascer é apenas um organismo, é apenas biológico) em um ser social típico: de um gênero, de uma classe, de um bairro, de uma região, de um país (GOMES, 1994, p.56).

E é considerada uma tarefa essencial da família.

A família transmite às novas gerações, especialmente à criança, desde o nascimento, padrões de comportamento, hábitos, usos, costumes, valores, atitudes, um padrão de linguagem. Enfim maneiras de pensar, de se expressar, de sentir, de agir, e de reagir que lhe são próprios naturais. Não bastasse tudo isso, ela ainda promove a construção das bases da subjetividade, da personalidade e da identidade, Deriva disso a enorme importância da família tendo em vista a vida futura de cada criança: ela, a família constrói os alicerces do adulto futuro (GOMES, 1994, p.58).

A socialização secundária refere-se à aprendizagem do indivíduo, adquirida através do contato com outros setores institucionais (escola, clube, grupos comunitários, local de trabalho, entre outros).

A família possui um papel fundamental na formação físico-moral- emocional e espiritual do ser humano. A família é o *locus* onde há o encontro das gerações e dos gêneros, onde se aprende a arte da convivência e a prática da tolerância, e entre suas funções pode-se relacionar a promoção e a transmissão de valores, a construção da identidade do indivíduo e o apoio emocional e afetivo aos seus membros.

### **Família contemporânea**

A família passou por várias transformações na segunda metade do século XIX: ampliou-se a participação das mulheres no

mercado de trabalho e nas universidades, observando-se as diferenças entre as classes sociais, pois as mulheres mais pobres, em sua grande maioria, continuavam com pouca qualificação e baixa escolaridade.

O casamento sofreu transformações, sendo efetivado através da anuência do casal, com a livre escolha do parceiro, e norteadas principalmente pela afinidade entre o casal e por fatores afetivos e emocionais com bases no amor romântico.

A tradicional família nuclear apresenta transformações. Além do pai, a esposa e os filhos inserem-se no mercado de trabalho, auxiliando nas despesas e na manutenção da família, alterando padrões de hierarquia, autoridade e sociabilidade.

Surge a família contemporânea que é construída através de uma somatória de experiências e trajetórias particulares, manifestando-se através de arranjos familiares diferenciados e peculiares, denotando a impossibilidade de identificá-la como um padrão familiar uniforme e ideal.

Dentre os vários arranjos familiares, podem-se citar as famílias:

- reconstituídas, que são aquelas em que, após a separação conjugal, o indivíduo constitui uma nova família;
- constituídas através de uniões estáveis;
- monoparentais femininas;
- monoparentais masculinas;
- nas quais avós moram e cuidam de seus netos;
- unipessoais;
- formadas por uniões homossexuais;

O modelo idealizado da família nuclear burguesa ainda perpetua no imaginário do indivíduo - coletivo. Famílias que não fazem parte desse tipo de arranjo familiar tentam 'adaptar' e aproximar a sua estrutura e padrão de funcionamento ao do 'modelo ideal', acreditando, muitas vezes, que não constituem uma família, ou que a sua família é 'errada', quando não conseguem reproduzi-lo.

No início do século XXI, percebem-se as metamorfoses nas famílias: a diminuição do número de filhos, a redução de número de matrimônios realizados legalmente (casamento civil), o aumento de



separações e divórcios. A divisão sexual dos papéis, ou seja, as funções socialmente destinadas aos homens e mulheres nas famílias são questionadas, não havendo mais a rígida separação dos papéis, demonstrando uma estrutura mais aberta e flexível.

Dados do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - 2005 apontam outras transformações ocorridas na família contemporânea, entre as quais podem-se citar: a redução do tamanho das famílias, o aumento de número de famílias chefiadas por mulheres e das unidades unipessoais, entre outros.

Esses dados demonstram que a família brasileira está moldando uma nova cultura e um novo modo de viver, que não se adequam mais aos modelos patriarcal e burguês, pois em seu tecido familiar estão imbricados as suas próprias particularidades, peculiaridades e valores.

Outro aspecto relacionado à família é que a mesma não é estática. A família possui um ciclo vital, é dinâmica e se apresenta de forma diferenciada de acordo com a sua evolução, ou seja: ela também

nasce, cresce, amadurece, habitualmente se reproduz em novas famílias, encerrando seu ciclo vital com a morte dos membros que a originaram e a dispersão de seus descendentes para constituir novos núcleos familiares (OSÓRIO, 1996, p. 22).

Desse modo a família é influenciada pelas situações internas que lhe sucedem como: nascimento, casamento, morte de seus membros e por fatores externos: sociais, econômicos, culturais, entre outros.

### **Família e Estado**

A família enquanto unidade integrante da sociedade é diretamente influenciada pela situação macro sócio-política e econômica do país. As ações estatais atingem o microsistema familiar, atuando como fatores desagregador e propiciador de situações de vulnerabilidade, sendo que esta última está intrinsecamente relacionada às condições econômicas das famílias, a forma de distribuição de renda no país e ao modo de funcionamento do modelo econômico vigente - o capitalismo.

A crise do Estado-Providência, as transformações em curso no mundo do trabalho e do capitalismo, introduzem no cenário

mundial a ideologia neoliberal e a globalização, sendo esta última um processo pelo qual se busca a união dos mercados de diversos países, através da internacionalização do capital e da economia, objetivando o lucro rápido.

O neoliberalismo surge na década de 70, inicialmente na Inglaterra e Estados Unidos, em decorrência das crises do petróleo e da emergência da chamada Terceira Revolução Industrial, como uma reação conservadora à presença do Estado nas esferas social e econômica e, aos poucos, vai se estendendo aos países de outros continentes. Na década de 80, têm-se as primeiras marcas do neoliberalismo na América Latina: México, Argentina, Venezuela e, mais recentemente no Brasil.

ABREU (1999, p. 41) afirma que

o neoliberalismo é uma ideologia capitalista que defende o ajuste dos Estados Nacionais às exigências do capital transnacionalizado, portanto contrária aos pactos que subordinam o capital a qualquer forma de soberania popular ou instituições de interesse público.

As vertentes orientadoras do neoliberalismo são derivadas do liberalismo clássico: promoção pelo mérito, mercado auto-regulador, desconfiança à intervenção do Estado, igualdades de chance para todos os indivíduos.

A ideologia neoliberal pressupõe que a ação espontânea do mercado deve possibilitar um equilíbrio de condições entre os indivíduos, de tal modo que qualquer pessoa pode conseguir seus objetivos através da livre concorrência e livre escolha.

A questão da assistência, segundo a visão neoliberal, é encarada como um dever moral, sendo estabelecido um limite: que esta não se transforme em direito para as classes subalternas, para os empobrecidos, miseráveis e excluídos. A política de assistência social é utilizada apenas em situações emergenciais, visando o atendimento somente do 'mais pobre dos pobres', sendo que o Estado atende apenas o que a sociedade civil, as instituições filantrópicas e o voluntarismo não atende.

Os últimos governos do Estado brasileiro, Fernando Collor de Mello e Fernando Henrique Cardoso foram gradativamente implementando planos de ajustes nacionais que se adequavam à ideologia neoliberal. O atual governo, representado pelo Presidente Luis Inácio Lula da Silva também compactua com esta ideologia.

Desse modo, no cenário nacional continua sendo implementadas ações governamentais que submetem o Estado brasileiro à dinâmica da globalização capitalista. ABREU (1999, p. 41) aponta as seguintes:

- a redução de capital público destinado as áreas de saúde, educação, transporte, entre outras, incentivando o desenvolvimento de serviços privados nestas áreas;
- a desregulação das relações de trabalho, transferindo-as do setor público e submetendo-as às condições da iniciativa privada;
- a privatização e transnacionalização das empresas públicas;
- a liberação do comércio com a eliminação das barreiras alfandegárias;
- a desregulamentação da entrada e saída de capitais estrangeiros.

Com essas práticas, as classes dirigentes brasileiras estão cumprindo as exigências impostas

pelos personagens que ditam os rumos da ordem mundial: o capital financeiro especulador, os grandes banqueiros credores do Estado, o capital multinacional, organismos capitalistas internacionais e os governos do G7 (grupo dos sete Estados mais ricos do mundo comandados pelos EUA) (ABREU, 1999, p.42).<sup>3</sup>

A adequação dos países a uma ideologia neoliberal é condição para que o Estado continue integrado às relações políticas e econômicas internacionais.

A entrada do neoliberalismo e da globalização no cenário mundial traz como consequências o surgimento de expressões da questão social generalizadas, que assumem uma amplitude global e produzem efeitos comuns nas diversas partes do mundo, tais como: desemprego estrutural, aumento da pobreza e da exclusão social, precarização e casualização do trabalho e desmonte de direitos sociais edificados há mais de um século.

---

<sup>3</sup> A partir do encontro de Birmingham em 1998, o G7 se transformou em G8, pois Rússia foi convidada a compor o grupo.

No Brasil, as tendências políticas em relação ao tratamento da questão social levam a políticas setoriais e fragmentadas, que procuram atender apenas situações emergentes, visando amenizar os impactos das demandas sociais.

A ideologia neoliberal reinante apresenta um Estado desterritorializado e sujeito a comandos dos detentores do capital externo e, desse modo, impossibilitado de exercer o controle sobre as políticas econômicas e sociais internas e de proteger o emprego e a renda de sua população, aliado ao predomínio do Estado Mínimo, caracterizado pela desresponsabilização do governo com os setores públicos, principalmente a assistência social e a seguridade.

As modalidades de proteção se apóiam em pilares

da flexibilização das relações de trabalho, na seletividade ou focalização das políticas sociais e na desobrigação do estabelecimento dos mínimos sociais como direitos de todos (PEREIRA, 1999, p.56).

Os princípios neoliberais apontam para o desmonte das políticas nacionais de garantias sociais básicas, cujas principais implicações são: cortes de programas sociais (inclusive os voltados para as populações empobrecidas), diminuição dos benefícios da seguridade social, criminalização da pobreza e a valorização de velhas fórmulas de ajuda social, maquiadas pelo discurso da solidariedade e da humanidade, que são travestidas com nova 'roupagem' e, por isso, veiculadas como modernas e avançadas.

É o caso da filantropia social e empresarial, das ações voluntárias e da ajuda mútua, que involuntariamente tendem a contribuir para a desresponsabilização do Estado perante ao provimento dos mínimos sociais e a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice, como expressa a Lei Orgânica de Assistência Social, de 1993.

A globalização, no Brasil, apresenta em sua face a marca da desregulamentação da força de trabalho, o achatamento dos salários e o aumento do desemprego, contribuindo, assim, para o aumento da exclusão social.

A exclusão não é mais vista como um fenômeno de ordem individual mas, social, cuja origem deveria ser buscada nos princípios mesmos do funcionamento

das sociedades modernas. (WANDERLEY, 1997, p. 77).

O fenômeno da exclusão social não envolve apenas o caráter econômico da pobreza, supõe, também, o preconceito e a discriminação.

A exclusão social é aqui entendida como uma situação de privação coletiva que inclui pobreza, discriminação, subalternidade, a não - equidade, a não acessibilidade, a não - representação pública como situações multiformes (SPOSATI, 1999, p.67).

Surge, assim, o fenômeno histórico do final do século, chamado, segundo Cristovam Buarque, (apud SPOSATI, 1999) de apartação social. Trata-se da naturalização da desigualdade social, criando uma barreira entre o mundo dos ricos e dos pobres, ocasionando a culpabilização do pobre por sua pobreza.

No início do século XXI, o que se apresenta, do ponto de vista social, é o crescimento da pobreza, do desemprego e da exclusão, ao lado de uma enorme concentração de renda e de riqueza por parte de uma parcela minoritária da população.

Considerando-se a pobreza não como sinônimo de 'insuficiência de renda', mas como a pobreza sócio-econômica, ou seja, a pobreza material, originada historicamente do modo em que a sociedade se organiza. É a desigualdade produzida economicamente que se "manifesta de modo quantitativo, ou seja, na falta de renda, de emprego, de habitação, de nutrição, de saúde" (DEMO, 2001, p.21). Essa pobreza atinge grande parte do contingente populacional do país.

Na pobreza não encontramos somente o traço da destituição material, mas igualmente a marca da segregação, que torna a pobreza produto típico da sociedade, variando seu contexto na história, mas se reproduzindo na característica de repressão do acesso às vantagens sociais (DEMO, 2001, p. 13).

Esse panorama denuncia o retraimento do Estado, a ausência de políticas de proteção social as famílias pertencentes as camadas sociais de baixa renda e as conseqüências no mundo do trabalho.

Nos anos 70, CASTEL afirma que ao trabalho está vinculada uma série de garantias, direitos e proteções sociais, sendo atribuída estabilidade e *status* ao trabalhador. Há uma seguridade social interligada ao trabalho,

o aspecto dos direitos vinculados ao trabalho é que fez com que o trabalho não fosse apenas a retribuição pontual de uma tarefa, mas que a ele fossem vinculados direitos (CASTEL, 2000, p.249).

Com o advento da internacionalização do mercado, da globalização e dos princípios de concorrência, eficiência e lucratividade, o trabalho passa a ser alvo de redução de custos.

Para reduzir os custos, ocorre a flexibilização do mercado de trabalho, associada à desproteção e à desmantelamento dos direitos trabalhistas. Essa flexibilização pode ser interna, ou seja, a que

impõe a adaptabilidade da mão-de-obra a essas situações novas e que, evidentemente, expulsa os que não são capazes de se prestar a essas novas regras do jogo (CASTEL, 2000, p. 247).

Ou externa que se refere à subcontratação de mão-de-obra em condições mais precárias, salários baixos e menor proteção.

Segundo CASTEL, a precarização do trabalho alimenta o desemprego, pois torna-o cada vez mais fragilizado e obriga os indivíduos a entrarem em uma situação de vulnerabilidade. Tal situação atinge de forma diferenciada as camadas sociais e as famílias brasileiras.

As políticas sociais apresentam-se incapazes e ineficazes para atender a demanda populacional de miseráveis e excluídos, tornando-se, desse modo, focalista, residual e seletista, ou seja, são orientadas por uma perspectiva de se atender somente a pobreza absoluta, limitando-se a ações minimalistas, pontuais e descontínuas, que excluem cidadãos que por direito deveriam ter acesso a recursos e benefícios.

A família, enquanto instituição inserida na sociedade, é afetada por esse processo de desenvolvimento sócio - econômico e pelo impacto da ação do Estado através de suas políticas econômicas e sociais.

A conjuntura político-econômica brasileira, norteadada pelos princípios neoliberais e pela globalização, promove o aceleramento do empobrecimento, desemprego, minimização das políticas sociais oferecidas às comunidades, influenciando a estrutura familiar em suas relações, estrutura, papéis e formas de reprodução e contribuindo para a desagregação dessa instituição.

Para efetivarem-se ações que promovam a família se faz

[...] imprescindível compreender sua inserção social e o papel que a ela está sendo atualmente destinado; e, da mesma forma, é necessário a mobilização de recursos da esfera pública, visando implementação de políticas públicas de caráter universalista que assegurem proteção social; entretanto, o mais fundamental é que o indivíduo e sua família tenham efetivas condições para prover sua autonomia, sejam respeitados em seus direitos civis e sociais (acesso à educação, à saúde, à justiça e ao trabalho) e com a possibilidade de elevação do nível de qualidade de vida, aspectos estes inerentes à construção da cidadania (GUEIROS, 2002, p. 119).

### **Considerações**

No trabalho cotidiano com famílias observa-se que as situações encontradas de vulnerabilidade social, desemprego, miserabilidade, entre outras, não se resolverão com ações lineares ou simplistas.

Estas manifestações da questão social, remetem a questões complexas, que são gestadas, criadas e alimentadas por uma ordem societária fundamentada no capitalismo, e exigem a capacitação teórica e metodológica continuada dos assistentes sociais, a fim de que possam apresentar intervenções propositivas e não apenas restaurativas.

O trabalho com famílias exige do profissional uma base teórica fundamentada, que possa lhe dar recursos para a materialização de uma intervenção capaz de oferecer respostas que superem a imediatividade da situação apresentada, e que busquem a construção de uma ordem societária conforme a orientação exposta no código de ética profissional.

ÁLVARES, L. C. Social work and the work with families. *Serviço Social & Realidade* (Franca), v.17, n.2, p. 9-26

- *ABSTRACT: The family is a dynamic unit that has various forms nowadays. In most social and occupational areas the social worker deals with families. This article aims to present some thoughts on addressing this issue on: the various meanings of the term family, its functions and current organizations, contextualizing it in the present socio-political and economic reality. The family, an institution that is part of society, is affected by the State's decisions and actions, by means of economic and social policies. This study highlights the influence that the State and the current policies have on the family environment, considering the fact that the strategies adopted by the State affect labor relations, the labor market and wages, falling straight upon the family unit.*
- *KEYWORDS: Family; Professional Practice; Social Policies.*

## **Referências**

- ABREU, H. B. As novas configurações da sociedade contemporânea. In: O significado sócio - histórico das transformações da sociedade contemporânea. *Capacitação em Serviço Social e Política Social*. Módulo 01, Brasília, CEAD, 1999.
- ÁLVARES, L. de C. *Famílias monoparentais femininas: um olhar sobre este arranjo familiar na cidade de Uberaba – MG*. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós Graduação em Serviço Social – Universidade Estadual Paulista - Faculdade Júlio de Mesquita, Franca, 2003.
- CARVALHO, M. do C. B. de. *A família contemporânea em Debate*. São Paulo: Cortez, 1995.
- CASTEL, R. As transformações da questão social. In: BOGUS, L.; YASBEK, M. C.; BELFIORE-WANDERLEY, M. (Org.). *Desigualdade e questão social*. São Paulo: EDUC, 2000.
- CORREA, M. Repensando a Família Patriarcal Brasileira. In: Almeida, M. S. K. et al. *Colcha de Retalhos - Estudos sobre a família no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- DEMO, P. *Pobreza Política*. 6 ed. Campinas: Autores Associados, 2001.
- FERREIRA, A. B. de H. *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.



GOMES, J. V. Socialização Primária: Tarefa familiar. In: *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 91, nov.1994, p.54-61.

GUEIROS, D. A. Família e proteção social. In: *Serviço Social & Sociedade*. São Paulo, n.71, 2002, p.102-120.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Síntese de Indicadores Sociais 2006*. Estudos e Pesquisas. Informação Demográfica e Socioeconômica nº 19. Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaoeda/indicadoresminimos/sinteseindic\\_sociais2006/default.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaoeda/indicadoresminimos/sinteseindic_sociais2006/default.shtm)> Acesso em 01 jul. 2008.

JOSÉ, M. F. *Participação Social na Educação : Desafios à Cidadania*. Dissertação de mestrado – PUCCamp – SP. 1992.

\_\_\_\_\_. *A família como espaço privilegiado para a construção da cidadania*. Franca: 1998. 295p. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Faculdade de História, Direito e Serviço Social. Unesp.

KALOUSTIAN, S. M. (Org.). *Família brasileira, a Base de tudo*. 3. ed. São Paulo: Cortez,1998.

MIOTO, R. C. T. Família e Serviço Social: contribuições para o debate. *Serviço Social & Sociedade*. São Paulo, n. 55, 1997, p.114-129.

NEDER, G. Ajustando o foco das lentes: um novo olhar sobre a organização das famílias no Brasil. In: KALOUSTIAN, S. M. (Org.). *Família Brasileira a base de tudo*. 3. ed. São Paulo: Cortez, Brasília: Unicef, 1998.

OSÓRIO, L.C. *Família Hoje*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

PEREIRA, P. A .P. A metamorfose da questão social e a reestruturação das políticas sociais. In: O significado sócio – histórico das transformações da sociedade contemporânea. *Capacitação em Serviço Social e Política Social*. Módulo 01, Brasília, CEAD, 1999.

PRIORE, M. D. (Org.). *História das Mulheres no Brasil*. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2001.

RIBEIRO, I. RIBEIRO, A. C. T. *Família e Desafios na Sociedade Brasileira: Valores como um ângulo de análise*. Rio de Janeiro: Centro João XXIII.

SAMARA, E. N. *A Família Brasileira*. 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

SPOSATI, A. “Globalização da economia e processos de exclusão social”. In: O significado sócio – histórico das transformações da sociedade contemporânea. *Capacitação em Serviço Social e Política Social*. Módulo 01. Brasília, CEAD, 1999, pg 67.

SZYMANSKI, Heloisa. Viver em família como experiência de cuidado mútuo: desafios de um mundo em mudança. In: *Serviço Social & Sociedade*. São Paulo, n.71, p.09-25, 2002.

VENÂNCIO, R.P. Maternidade negada. In: PRIORE, M. D. (Org.). *História das Mulheres no Brasil*. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2001.

VITALE, M. A. F. Famílias monoparentais: indagações. In: *Serviço Social & Sociedade*. São Paulo, n.71, 2002, p.45-62.

WANDERLEY, M. B. Refletindo sobre a noção de exclusão Família. *Serviço Social & Sociedade*. São Paulo, n.55, 1997, p.74-83.

Artigo recebido em 12/2008. Aprovado em 01/2009